PESQUISA - FAED

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: CENÁRIOS DE
BRASIL E ANGOLA**

Guilherme José Pavesi (guilherme.jose.p12@gmail.com)

Kellcia Rezende Souza (kellciasouza@ufgd.edu.br)

A pesquisa teve o objetivo de analisar a proteção normativa do financiamento à educação básica no Brasil e na Angola, países membros da Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). Justifica-se a investigação com o fato de que são poucos os estudos realizados sobre a temática, e rara a ocorrência de discussões atinentes a comparação das políticas educacionais entre países lusófonos da África e da América Latina. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com enfoque quanti-qualitativo. A fonte documental foi constituída pelas Constituições vigentes; Lei de Diretrizes e Bases da educação e/ou Lei equivalente dos dois países e normativas sobre o tema da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no período de 2000 à 2023. Ademais, a discussão versou pelo confronto dos ordenamentos legais da política educacional dos países com as reflexões suscitadas pela literatura da área, procurando comparar e colocar em evidência avanços e limites do financiamento para a garantia do direito à educação básica. A partir da pesquisa, observou-se que o financiamento da educação tem figurado enquanto pauta do direito à educação em esfera global. Especificamente, sobre o tema no âmbito da CPLP, é perceptível que a abordagem ainda é incipiente

enquanto uma diretriz de cooperação educacional entre os países. Além disso, a ausência de um fundo destinado, exclusivamente, para a educação, também se configura como um entrave para a materialização das políticas de cooperação na área. A respeito dos achados, especificamente, sobre o financiamento educacional em Angola e no Brasil é ilustrativo as diferenças significativas na abordagem e na estruturação das políticas educacionais de ambos os países, o que reflete as suas realidades históricas e sociais. Enquanto o Brasil apresenta um modelo mais detalhado e robusto no âmbito normativo, com mecanismo de vínculo constitucional entre os entes federativos, Angola centraliza a gestão por ser um estado unitário e enfrenta desafios devido à falta de mecanismos de financiamento específicos, o que implica uma regulamentação voltada para assegurar e ampliar a atuação privada com financiamento do Estado na oferta educacional. Além disso, podemos observar como que tal diferença se expressa no maior ou menor tratamento do tema do financiamento da educação nos próprios documentos normativos, havendo, nesse sentido, uma maior preocupação do Brasil nessa questão.

Agradecimento: Este trabalho foi realizado com o financiamento da FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: angola; financiamento educacional; países lusófonos; políticas educacionais.